

Presa a raposa do galinheiro

Capitão que julga PMs acusados de desvio de conduta é flagrado com outro oficial furtando

Daniel Brunet e Flávia Lima

Nove horas depois de interrogar os PMs denunciados por receberem propina para liberar o carro que atropelou e matou o músico Rafael Mascarenhas, o juiz militar e capitão da PM Lauro Moura Catarino, de 33 anos, foi preso — juntamente com mais dez pessoas —, na madrugada de ontem, furtando cabos de telefonia da Oi, na Praia de Botafogo. Com a venda do cobre dos fios, a quadrilha faturava cerca de R\$ 300 mil por mês. Entre os presos, está outro policial: o capitão do Batalhão de Choque Marcelo Queiroz dos Anjos, de 33 anos.

Segundo a investigação da 9ª DP (Catete), os oficiais eram os mentores e responsáveis pela segurança da quadrilha, que agia há oito meses entre Botafogo, Flamengo e Centro. No grupo, há dois ex-policiais militares — expulsos por cometerem crimes — e funcionários terceirizados da empresa de telefonia.

O comandante-geral da PM, coronel Mário Sérgio Duarte, determinou a abertura de um procedimento disciplinar para expulsar os capitães da corporação. Eles foram autuados por furto e formação de quadrilha. Se condenados, a pena pode chegar sete anos de prisão.

Ao saber da prisão de Catarino, a juíza da Auditoria Militar, Ana Paula Barros, o afastou do Conselho Permanente de Justiça Militar, que auxilia nos julgamentos de policiais denunciados por desvio de conduta. Um outro oficial da PM será indicado, por sorteio, para substituí-lo. O capitão é lotado no 2º BPM (Botafogo), mas estava cedido ao órgão há pouco mais de um mês. Os integrantes do conselho precisam ter ficha limpa, e a abertura de uma investigação para apurar alguma falha administrativa já é suficiente para barrar um policial. Segundo o capitão Luiz Alexandre, assessor da juíza, é a primeira vez que um integrante do órgão é preso por cometer crime.

O delegado titular da 9ª DP, Alan Luxardo, disse que o grupo integrado pelos oficiais é a maior quadrilha de furto de cabos de todo o estado, tendo sido investigado por dois meses, com o apoio do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público. Para furtar os cabos, o bando simulava um serviço oficial de manutenção: com exceção dos PMs, os criminosos usavam uniformes e equipamentos normalmente empregados por trabalhadores do setor, como uma bomba de sucção para retirar água de galerias subterrâneas. Quando os policiais da 9ª DP abordaram os bandidos, por volta de 1h de ontem, na altura do número 300 da Praia de Botafogo, eles se preparam para retirar os cabos. Os oficiais estavam à paisana, mas segundo o delegado, já participaram das ações fardados, para dar segurança ao grupo.

— Quando chegamos, eles já tinham cortado os cabos, o que configura o crime e o prejuízo. Pelo que falavam ao telefone, em cada furto, ganhavam cerca de R\$ 10 mil vendendo o metal. E os furtos eram quase que diárias. Em um mês, rendiam R\$ 300 mil. Os funcionários da empresa sabiam onde estavam os cabos inativos e os furtavam. Como não havia interrupção no sistema, a empresa demorava a descobrir o caso — contou Luxardo, que monitorou a quadrilha com escutas telefônicas.

Polícia busca receptadores

• Os presos não quiseram prestar depoimento, dizendo que só vão falar em juízo. Luxardo revelou, no entanto, que o capitão Marcelo dos Anjos confessou informalmente sua participação nos furtos. Com a operação de ontem, que resultou ainda na apreensão de um caminhão, duas Kombis e dois carros de passeio, o delegado diz ter atingido o foco principal da investigação. No entanto, a polícia vai continuar apurando o caso, para identificar mais envolvidos e saber quem comprava o material furtado.

Os comandantes do 2º BPM, tenente-coronel Antônio Carlos Carballo Blanco, e do Batalhão de Choque, tenente-coronel Waldyr Soares Filho, foram à delegacia acompanhar o registro. Carballo elogiou o trabalho da Polícia Civil.

Em ferros-velhos e empresas de reciclagem, o cobre dos fios é comprado por R\$ 8 a R\$ 16 o quilo. O produto tem cotação internacional e preço regulado pelas negociações da Bolsa de Metais de Londres. Ontem, o preço fechou em US\$ 7,4 mil a tonelada, ou R\$ 13 o quilo. Segundo o titular da Delegacia de Roubos e Furtos, delegado Roberto Nunes, algumas quadrilhas vendem o cobre a empresas de São Paulo, que usam o metal para fabricar produtos e os exportam:

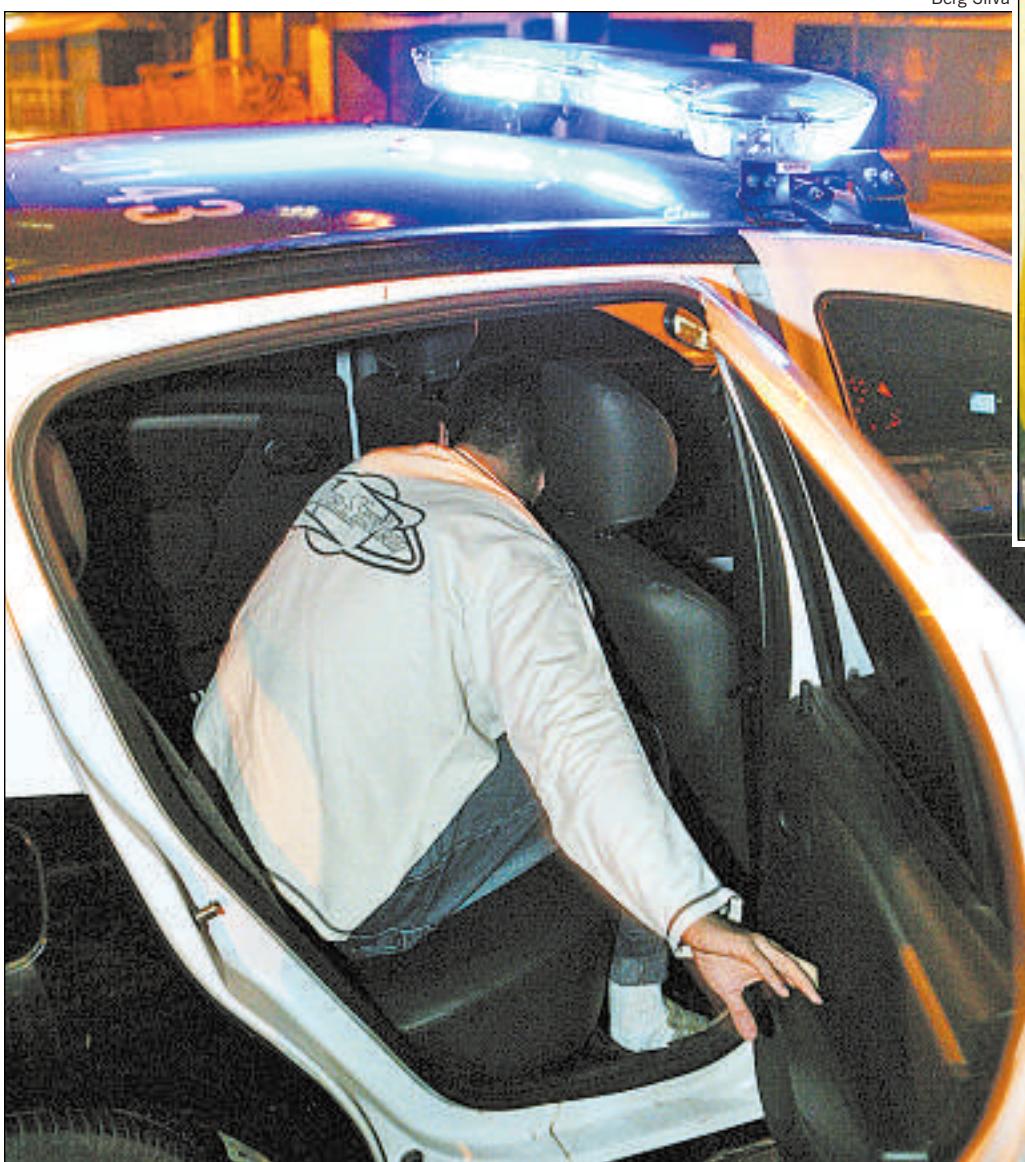
— De São Paulo, esses produtos vão para a China. É um círculo vicioso: quando roubam os cabos, eles já têm comprador certo.

O comandante Mário Sérgio informou que não vai esperar a conclusão do inquérito da 9ª DP para tomar providências e determinou prioridade máxima para o caso. Segundo nota do coronel, as evidências que surgiram até agora “apresentam robustez suficiente para a convicção de que os oficiais estão diretamente envolvidos neste crime”. É inadmissível que policiais pagos com dinheiro público para proteger a população e bens privados e públicos se envolvam em atos como os descritos”, diz o oficial.



UM POLICIAL CIVIL vigia integrantes da quadrilha presos em flagrante, ontem de madrugada, furtando fios de uma operadora telefônica na Praia de Botafogo

Berg Silva



EM TRÊS ANOS, CORPORAÇÃO EXPULSOU 767 POLICIAIS

• Dados divulgados pela Polícia Militar no início deste mês mostram que 767 PMs foram expulsos da corporação por desvio de conduta, desde 2007. Apenas em 2009, foram 300 os militares desligados. Ainda de acordo com a corporação, o principal desvio de conduta cometido pelos PMs é a concussão (uso do cargo para tirar vantagem).

Além dos PMs acusados de receber propina do pai do atropelador de Rafael

Mascarenhas, a Corregedoria da Polícia Militar do Rio investiga outro caso de repercussão recente. Policiais do 18º BPM (Jacarepaguá)

teriam forçado três homens a beberem água misturada com cocaína. Dois deles morreram. O sobrevivente fez a denúncia, que ainda está sendo investigada.

Há 23 dias, policiais federais prenderam outros quatro policiais (um civil e três militares), acusados de participação numa quadrilha que distribuía sinais clandestinos de TV a cabo e internet, conhecidos como “gatonet” e “gatovelox”. Os PMs foram levados para a Unidade Prisional da Polícia Militar (antigo Batalhão Especial Prisional), em Benfica.

vam em atos como os descritos”, diz o oficial.

Os ex-soldados da PM Walter Dias Filho, de 47 anos, e José Fernando dos Santos, de 44, faziam parte da quadrilha. Walter foi expulso da corporação por concussão (extorsão praticada por funcionário público) e José, por roubo. Entre os funcionários terceirizados, estão Alexandre Xavier do Nascimento, de 43 anos, Arlindo Pereira Gomes, de 45, Carlos William Rodrigues Belo, de 36, Denílson Luis Brazão do Nascimento, de 33, Cristiano Martins Mendes, de 33, e Walter Luís Virgílio dos

Santos, de 39. Os oficiais foram levados para o Batalhão Especial Prisional, em Benfica; o restante, para a Polinter no Centro.

A Oi não informou o valor do prejuízo que tem com o furto de cabos. Em nota, a empresa disse que dará as informações solicitadas pela polícia e acompanhará o processo até o final. ■



André Teixeira/26-8-2010

O CAPITÃO Lauro Catarino em duas situações bem diferentes: preso por furto de cabos (na foto maior) e participando do interrogatório dos PMs acusados de extorsão no caso do atropelador de Rafael Mascarenhas

Investigação impede participação em conselho militar

• O capitão Luiz Alexandre, assessor da juíza da Auditoria Militar, Ana Paula Barros, afirmou que, se a Polícia Civil tivesse informado que o capitão Catarino era investigado, o oficial teria sido excluído imediatamente do conselho. O assessor explicou que, por causa dos prazos processuais, Catarino já não estaria no conselho no dia do interrogatório dos PMs Marcelo Leal e Marcelo Bigon, do 23º BPM (Leblon), denunciados por aceitarem propina para liberar o carro de Rafael Bussamra, atropelador de Rafael Mascarenhas, filho da atriz Cissa Guimarães. O julgamento deve acontecer daqui a seis meses, e os juízes militares ficam apenas três meses na auditoria.

O Conselho Permanente de Justiça da Auditoria Militar é formado por quatro oficiais da PM ou do Corpo de Bombeiros — dependendo da força a que o réu pertence —, que têm status de juízes militares. Eles auxiliam o juiz e inclusive votam para condenar ou absolver os denunciados.

A Auditoria da Justiça Militar é responsável por julgar crimes que policiais ou bombeiros cometem entre si, de serviço ou contra a instituição militar (mesmo estando de folga). Se o policial cometer um crime doloso (com intenção) contra a vida, ainda que esteja de serviço, será julgado pelo Tribunal do Júri.

Sendo assim, se o capitão Catarino for denunciado por furto e formação de quadrilha, não será julgado pelo conselho que integrava até ontem — pois é acusado de furtar bens de uma empresa privada. O caso dele será analisado por uma vara criminal da Justiça comum.

O conselho se renova a cada três meses. A juíza da Auditoria Militar recebe uma lista com nomes de oficiais, enviada pela Corregedoria da PM, e faz um sorteio.

O GLOBO NA INTERNET

Leitores debatem corrupção policial no site 'Dois Grítando'. Faça sua denúncia www.doisgritando.com.br